

INCLUSÃO E PSICOLOGIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO SITE *DOMÍNIO PÚBLICO*

Bruno Granata
Betina Hillesheim
Amanda Cappellari
Caroline da Rosa Couto

RESUMO

O presente texto é derivado das discussões que vêm sendo realizadas na pesquisa “Inclusão, diferença e políticas públicas: uma cartografia”, a qual busca compreender a crescente incitação dos discursos de inclusão em diferentes campos. No âmbito deste trabalho, o foco são os dados produzidos a partir do site Domínio Público, com destaque para os resultados encontrados na área da Psicologia. Para tanto, os procedimentos metodológicos se pautaram pela sistematização e análise das teses e dissertações referentes à inclusão contidas nos registros do site, utilizando como ferramenta de busca a referência ao termo. No período analisado, que compreende os anos entre 2004 e 2011, obteve-se um total de 723 teses e dissertações que abordam a temática da inclusão, distribuídas entre diversas áreas do conhecimento, dentre as quais a Psicologia se destaca como uma das que apresentam os maiores números de resultados. Para fins da presente discussão, toma-se esta área como objeto, lançando um olhar sobre as formas como se entende, se pensa e se estuda a inclusão dentro do campo da Psicologia, buscando compreender quais os discursos que prevalecem e canalizam o debate.

Palavras-chave: Inclusão. Discursos. Psicologia.

Primeira aproximação

Este trabalho é derivado da pesquisa “Inclusão, diferença e políticas públicas: uma cartografia”, a qual objetiva compreender a crescente incitação dos discursos de inclusão em diferentes campos. Assim, parte-se do pressuposto que vivemos uma *tagarelíce* a respeito da inclusão, havendo, em variados espaços, chamamentos a diferentes atores que se constituem como agentes da inclusão ou sujeitos a incluir. Trata-se, assim, de, seguindo as indicações de Foucault (1985), buscar determinar o regime de saber-poder que sustenta tais discursos, não com o intuito de apontar sua pretensa verdade ou falsidade, nem marcá-lo como bom ou mau, mas discuti-lo como elemento estratégico nos jogos de poder.

A inclusão não é compreendida, portanto, como algo natural, mas como uma noção fabricada em nosso tempo, a qual tem adquirido mais força a partir do final do século XX. Nessa perspectiva, entende-se que diferentes campos discursivos – da Medicina, da Educação, da Psicologia, da Arquitetura, entre outros – incorporam a inclusão dentro de determinadas lógicas, o que tanto pode se traduzir num crescente número de trabalhos relacionados à temática, quanto na multiplicação de necessidades, práticas e sujeitos a incluir.

A partir disso, uma das frentes de produção de dados da referida pesquisa se deu a partir do site *Domínio Público*, que é uma biblioteca digital de acesso livre, desenvolvida e gerenciada pelo governo federal. Desse modo, no âmbito deste texto, o foco se volta para os resultados referentes à área da Psicologia, conforme detalhado a seguir.

Sobre os caminhos investigativos

Para a produção de dados, foram sistematizadas e analisadas as teses e dissertações contidas nos registros do site *Domínio Público* que apresentavam o termo 'inclusão' no título ou nas palavras-chave. O período de busca foi entre os anos de 2004 a 2011, período de maior concentração de registros no site, sendo que, após o ano de 2011, as publicações cessam quase por completo. Embora na pesquisa mais abrangente tenham sido considerados os trabalhos de todas as áreas listadas no site, na discussão aqui realizada o foco se direciona para os resultados referentes à Psicologia.

Nessas condições, obteve-se um total de 723 teses e dissertações distribuídas entre diversas áreas do conhecimento, conforme a tabela do CNPq. Para chegar a esse resultado, foram necessários alguns cuidados em virtude de situações de trabalhos repetidos nos registros do site, por motivos diversos (como erros de digitação no título ou no nome do autor; postagens duplicadas com anos divergentes ou trabalhos em mais de uma área de conhecimento). Assim, ao ser identificada a repetição, os resultados excedentes foram excluídos da análise, sendo que, no caso de versões com diferentes anos de publicação, foi mantido o trabalho mais antigo. Entretanto, nas situações em que os artigos foram postados em diferentes áreas de conhecimento, a repetição foi mantida, uma vez que a exclusão de um deles implicaria na escolha por uma ou outra área. Além disso, por uma maior significância dos números aqui apresentados, bem como uma análise mais fidedigna, se teve o cuidado de aplicar um “filtro de sentido” sobre os resultados iniciais, excluindo-se do número final aqueles que não se relacionavam ao debate proposto na pesquisa – tendo sido o recorte inicial a simples busca pelo termo “inclusão” nas ferramentas de busca do site, foi relativamente frequente a ocorrência de trabalhos não relacionados ao sentido investigado, visto que a palavra “inclusão” possui diversas possibilidades de empregos e significados. Assim, do número inicial de 820, após necessárias exclusões por análise de sentido ou por citados problemas em relação aos registros, chegou-se ao número final de 723 resultados.

As dissertações e teses encontradas foram sistematizadas em tabelas diversas, buscando mostrar a proliferação dos discursos sobre inclusão em diferentes áreas de conhecimento, bem como seus desdobramentos no sentido de multiplicar práticas inclusivas e sujeitos a incluir. Tendo em vista que a Psicologia, juntamente com a Educação, é uma das áreas com maior número de resultados, discute-se algumas questões que auxiliam a entender de quais modos a inclusão é compreendida pelos discursos psicológicos.

Todos querem/devem incluir: Sobre a multiplicação de trabalhos nas diferentes áreas

Para uma primeira visualização dos resultados da pesquisa e suas implicações, organizou-se uma tabela (QUADRO 1) com as quantidades de resultados encontrados em cada uma das áreas de conhecimento principais (que englobam as demais), de acordo com a tabela de áreas do conhecimento do CNPq. As áreas do site *Domínio Público* que não constam na tabela de áreas do conhecimento do CNPq foram agrupadas em uma categoria adicional, sendo composta principalmente pelas áreas identificadas no site como “interdisciplinar” e “multidisciplinar”. A observação deste quadro proporciona uma noção inicial do volume de interesse destinado à inclusão em cada campo, bem como da penetração do tema no meio acadêmico.

QUADRO 1: quantidade de trabalhos encontrados em cada uma das principais áreas do conhecimento

ÁREA DO CONHECIMENTO	NÚMERO DE RESULTADOS
1. CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	7 resultados
2. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	2 resultados
3. ENGENHARIAS	18 resultados
4. CIÊNCIAS DA SAÚDE	31 resultados
5. CIÊNCIAS AGRÁRIAS	4 resultados
6. CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	139 resultados
7. CIÊNCIAS HUMANAS	448 resultados
8. LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	32 resultados
ÁREAS DO SITE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO CONSTAM NA TABELA DE ÁREAS DO CONHECIMENTO DO CNPq	42 resultados

No que se refere ao baixo número de resultados da área da Linguística, Letras e Artes, comparado às Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e ao conjunto de áreas que não constam na tabela do CNPq, deve-se considerar que esta é a menor dentre as áreas principais, visto que é composta apenas pelas três subáreas indicadas no seu título. Além disso, assinala-se que a área de linguística ficou entre as dez áreas com maior número de resultados encontrados na pesquisa, conforme apresentado adiante.

Em uma primeira observação, ressalta-se o volume de produção referente à inclusão encontrado nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas que, somadas, representam 81,2% do total de resultados encontrados na pesquisa. Porém, chama ainda mais atenção o fato de que, em maior ou menor quantidade, todas as áreas de conhecimento principais apresentam trabalhos sobre a temática da inclusão – por mais

distantes do tema que possam parecer, a inclusão é um tema de interesse para todos os campos. Aqui se torna visível a proliferação e abrangência da discussão, que já não se restringe a campos e áreas específicas, mas sim, é falada por todos, a partir de diferentes lugares. Tal disseminação discursiva reforça a ideia da inclusão como um imperativo do nosso tempo (LOPES, 2009), trespassando todos os âmbitos, havendo em todos os meios algo a dizer a respeito. Dito de outro modo, pode-se, a partir de Foucault (1998), entender que esse imperativo se inscreve a uma determinada ordem discursiva, a qual estabelece as regras do que pode ou não ser dito em cada tempo, para que seja considerada dentro de um estatuto do verdadeiro. Dessa maneira, na medida que o falar de inclusão, na contemporaneidade, obedece a uma determinada ordem do discursivo, pode-se entender que o volume de trabalhos encontrados, distribuídos em todas as áreas de conhecimento, também diz das formas como a própria ideia de inclusão produz, movimenta e modifica as maneiras de cada ciência relacionar-se com seu objeto de estudo. Após essa primeira constatação, foi organizado um segundo quadro, sistematizando as dez subáreas em que se observou o maior número de resultados na pesquisa.

QUADRO 2: as dez subáreas com o maior número de resultados contendo o termo “inclusão” no título/palavras-chave

ÁREA	NÚMERO DE RESULTADOS
EDUCAÇÃO	314
PSICOLOGIA	64
DIREITO	34
SOCIOLOGIA	31
INTERDISCIPLINAR	26
SERVIÇO SOCIAL	22
COMUNICAÇÃO	19
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	17
LINGUÍSTICA	16
ADMINISTRAÇÃO	15

A despeito da penetração do assunto “inclusão” em diversas esferas, esse segundo quadro destaca a concentração das discussões em áreas específicas: em primeiro lugar, a Educação e, a seguir, a Psicologia. Vale destacar que, das dez áreas expostas, cinco fazem parte da área principal de Ciências Sociais Aplicadas e três da área de Ciências Humanas, além do fato de uma das áreas (interdisciplinar) não constar na tabela de áreas do CNPq. Somados, os resultados dessas dez áreas equivalem a 77,18% do total de resultados da pesquisa – dentre 49 subáreas diferentes (contabilizando-se, também, a área principal de Ciências da Saúde em que houveram, no site, trabalhos postados diretamente). Além disso, a área da Educação, com 314 resultados, equivale, sozinha, a 43,4% dos resultados

encontrados durante a pesquisa, o que pode ser atribuído ao fato de que o discurso da inclusão emerge, muito fortemente, relacionado à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Desse modo, como se discute em outro trabalho (GRANATA, HILLESHEIM, CAPPELLARI e COUTO, 2017), é expressivo o número de dissertações e teses que adjetivam a inclusão ao universo escolar: inclusão escolar, inclusão educacional, educação inclusiva, escola inclusiva, entre outras. Portanto, a menção à educação, inclusive em outras áreas de conhecimento, no debate sobre a inclusão – como demonstra-se a seguir na área da Psicologia – reforça a noção da escola e do sistema educacional em geral como espaço primeiro e privilegiado de inclusão.

A inclusão sob a ótica da Psicologia – o que, como e para quem?

Após a análise preliminar dos dados, buscando o panorama geral do discurso da inclusão, o olhar voltou-se para a área da Psicologia. A partir do total de resultados da área (64, somando-se o resultado da subárea de Psicologia Social), foram escolhidos três eixos de análise: *caráter*, *adjetivação* e *público*.

Na análise do “caráter” das teses e dissertações, buscou-se descrever, a partir dos resumos, a forma como cada um dos trabalhos tratava a inclusão. Essas questões nem sempre estavam tão explícitas, mas foi possível fazer um agrupamento geral dentre aquilo o que se identificou durante a análise – apesar da grande diversidade de pesquisas. Aqui, por resultarem de interpretação, destaca-se que os números apresentados têm mais valor em termos de comparações das quantidades em linhas gerais do que como dados rígidos e meticulosos. Dessa forma, é importante colocar que, por vezes, um mesmo trabalho foi considerado em mais de um “bloco” diferente, por ter se constatado mais de um sentido no texto.

Assim, em pelo menos vinte e seis (26) trabalhos se observou uma noção claramente positiva da ideia de inclusão. Nesses resultados, a inclusão coloca-se como necessária, desejável, vantajosa, meta ou ideal a ser atingido, e mesmo como dever ou desafio a ser cumprido. Também foi significativa a ocorrência de trabalhos que traziam uma análise da inclusão sob um olhar de “fiscalização” da prática, apontando suas fragilidades e imperfeições com o objetivo de contribuir para seu aperfeiçoamento, como ideal a perseguir.

Em segundo lugar, um total de trinta (30) trabalhos foi agrupado no bloco definido simplesmente como “investigação/análise”. Apesar de toda a pesquisa possuir cunho investigativo ou de análise, nesse bloco foram reunidos principalmente aqueles trabalhos em cuja pesquisa não foi possível observar, de maneira evidente, um juízo ou conceito sobre o tema da inclusão. É importante citar que muitos dos textos reunidos nesse grupo também pareciam estudar a inclusão como prática positiva e desejável, mas não foram incluídos no primeiro grupo por esse entendimento não ter ficado suficientemente evidente no texto –

possivelmente em muitos casos seria possível a identificação desse olhar na continuidade do trabalho, mas por uma questão de critério a análise dos trabalhos restringiu-se aos resumos, título e palavras-chave.

Em terceiro lugar, identificou-se em oito (8) textos uma discussão que visava à problematização, seja da ideia de inclusão, seja da prática, da forma como se dá e efeitos que produz ou, até mesmo, de como se pensa os seus sujeitos – um dos trabalhos traz um questionamento a respeito da noção de deficiência, por exemplo. E, por último, houve quatro (4) trabalhos em que não foi possível identificar esse analisador, sendo que, em dois casos, o texto não apresentava resumo ou o mesmo estava inacessível.

Dito isso, nota-se que a inclusão, mesmo no meio acadêmico, mais do que se fazer presente como objeto de estudos e discussões, é compreendida e estudada em grande parte das vezes de maneira explícita como um ideal, uma necessidade, um dever pré-estabelecido que se estende a todos. Percebe-se uma naturalização da ideia de inclusão que “pressupõe o entendimento generalizado de que essa seja um valor instituído a priori, tomado como princípio de “ação correta”, constituindo-se enquanto base moral incontestável” (GRANATA, HILLESHEIM, CAPPELLARI E COUTO, 2017. p. 1).

Hardt e Negri (2006), ao propor o conceito de Império para compreender a nova forma que a soberania tomou a partir dos processos de globalização contemporâneos, problematizam o aparelho geral de comando em três momentos distintos: inclusivo, diferencial e gerencial. Para fins da discussão aqui proposta, interessa especialmente o momento inclusivo, que os autores denominam de “face magnânima e liberal do Império (p. 217): neste momento, o Império ignora as diferenças, sendo que todos são bem-vindos nas suas fronteiras. As diferenças são relativizadas, como forma de evitar os conflitos. Entretanto, o momento diferencial (caracterizada pelo festejo às diferenças e que entende que as diferenças são culturais e, portanto, não ameaçam a ordem existente) e o momento gerencial (que implica na administração e hierarquização das diferenças) atuam de forma complementar e necessária com o momento inclusivo. Tem-se assim um triplo imperativo: “incorporar, diferenciar e administrar” (p.220).

Pode-se pensar que, de algum modo, os trabalhos produzidos sobre inclusão são marcados pelo este triplo imperativo, mediante diferentes ênfases. Assim, o momento inclusivo é claro em todos eles, visto que a inclusão é pressuposto; porém, em diferentes medidas, os trabalhos buscam também diferenciar (buscando, por exemplo, a valorização de determinados grupos ou marcando determinadas características de outros) e/ou gerenciar (mediante propostas de práticas inclusivas ou avaliações de práticas já existentes).

O segundo eixo de análise dos resultados da área de Psicologia foi o da adjetivação, ou seja, quais adjetivos aparecem vinculados à inclusão. Nessa direção, ora a inclusão era usada como adjetivo, ora era adjetivada, como é possível perceber nos quadros 3 e 4, dispostos abaixo.

QUADRO 3: inclusão adjetivada

INCLUSÃO ADJETIVADA		NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
(...) Inclusão (...) social (...)	Inclusão social (19)	23
	Inclusão social/escolar (1)	
	Inclusão ou exclusão social (1)	
	Inclusão/exclusão social (2)	
	Exclusão/inclusão social (2)	
Inclusão (...) escolar/educacional	Inclusão escolar (19)	22
	“Inclusão social/escolar” (1)	
	Inclusão educacional (3)	
(...) Inclusão/exclusão (...)	Inclusão/exclusão (3)	11
	Inclusão/exclusão social (2)	
	Exclusão/inclusão (1)	
	Exclusão/inclusão social (2)	
	Exclusão (2)	
	Inclusão ou exclusão social (1)	
(...) Inclusão profissional	Inclusão profissional (2)	3
	Inserção/inclusão profissional (1)	
Inclusão perversa		2
Inclusão digital		1
Inclusão efetiva		1

Adjetivada, a inclusão aparece nos trabalhos de seis formas diferentes, como demonstra o quadro acima, sendo elas “inclusão social” (e variações), inclusão escolar ou educacional (e variações), inclusão profissional (e variações), inclusão perversa, inclusão digital e inclusão efetiva, além dos casos em que a inclusão aparece vinculada à exclusão, que foram acrescentados à tabela para fins de discussão, embora não constitua adjetivo.

Para fins de sistematização, cada expressão foi contabilizada apenas uma vez por tese ou dissertação. Entretanto, nos casos em que um mesmo trabalho utilizava expressões diversas, cada uma delas foi contabilizada. O Quadro 4 apresenta os principais casos em que a inclusão apareceu adjetivando.

QUADRO 4: inclusão adjetivando

INCLUSÃO ADJETIVANDO		NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Educação/escola/ensino inclusiva(o)	Educação inclusiva (13)	17
	Escola inclusiva (7)	
	Ensino inclusivo (2)	
Processo(s) de inclusão (...)/inclusivo	Processo de inclusão (10)	17
	Processo de inclusão escolar (3)	
	Processo de inclusão educacional (2)	
	Processo de inclusão social (1)	
	Processos de inclusão/exclusão (1)	
	Processo inclusivo (1)	

Nota-se que a inclusão como adjetivo ocorre de forma significativa de apenas duas formas: educação/escola/ensino inclusiva(o) e processo(s) de inclusão/ inclusivo(s) (e variações). Embora em “processos de inclusão” a inclusão não apareça exatamente como um adjetivo, foi feito o registro pela representatividade das ocorrências, demonstrando a frequência dessa noção da inclusão enquanto um “processo” a se realizar. Os critérios de registro e soma dos números totais foram os mesmos utilizados para a construção do quadro anterior. É necessário mencionar que, além das duas formas apresentadas na tabela, a inclusão aparece como adjetivo em outras 16 formas diferentes, que não aparecem na tabela pela falta de representatividade, sendo que, na maioria dos casos, as expressões ocorreram em trabalhos isolados. Dentre essas, encontram-se as expressões “proposta inclusiva”, “práticas inclusivas”, “cultura educacional inclusiva” “potência inclusiva”, “princípios inclusivos” e “salas de aula inclusivas”.

O último foco de análise voltou-se para o “público” ao qual se dirige a inclusão nos trabalhos, ou seja, os sujeitos que são compreendidos como passíveis de inclusão. Os resultados dessa análise encontram-se resumidos no Quadro 5.

QUADRO 5: públicos da inclusão

PÚBLICO	NÚMERO DE APARIÇÕES
Pessoas com deficiência/necessidades educacionais especiais (NEE)	47
População de baixa renda/em situação de vulnerabilidade social	6
Adolescentes em conflito com a lei	2
Jovens trabalhadores	2

Idosos	2
Pais que possuem filhos com deficiência	1
Educador e aluno	1
Grupos minoritários	1

Mais uma vez, os critérios para registro e soma dos resultados foram os mesmos utilizados nas tabelas anteriores. Houve dois casos em que o sujeito não foi identificado a partir do resumo, título ou palavras-chave dos trabalhos, referindo-se os dados acima, portanto, a 62 dos 64 trabalhos da área de Psicologia. Salienta-se que os públicos apresentados na tabela tratam-se de grupamentos gerais, uma vez que os trabalhos trouxeram uma ampla gama de sujeitos como objeto de inclusão, sendo que o público denominado como “pessoas com deficiência/necessidades educativas especiais (NEE)” foi referido nos trabalhos de pelo menos 36 formas diferentes, algumas extremamente específicas e diversas entre si.

É interessante pensar que não somente há uma profusão de trabalhos sobre inclusão, mas também uma fragmentação daqueles a quem a inclusão é direcionada. Nessa perspectiva, Bauman (1999) alerta que os atos de incluir e excluir carregam a ambivalência das classificações: sempre que nomeamos algo, dividimos o mundo em dois, isto é, aqueles que respondem ao nome e os que sobram. A insuficiência de nossas classificações leva a um esforço classificatório, pois sempre algo está fora. Dessa maneira, parece existir um alargamento dos sujeitos da inclusão, muito além daqueles grupos que geralmente são pensados. Assim, como coloca Veiga-Neto (2001), cada vez mais novas categorias de pessoas ou grupos são compreendidos como passíveis de inclusão/exclusão.

Considerações finais

Veiga-Neto (2001) discute os processos de inclusão como uma primeira etapa de uma operação de ordenamento, na qual o outro é reconhecido no sentido de se produzir saberes sobre o mesmo. A partir do estranhamento diante da diferença, estabelece-se uma dicotomia, marcada por relações assimétricas entre o mesmo e o outro. Portanto, inclusão e exclusão são indissociáveis, visto que o processo de aproximação, conhecimento e estranhamento podem ser traduzidos como inclusão, saber e exclusão: só se exclui o que previamente foi incluído.

Portanto, não se trata de uma relação de oposição entre inclusão e exclusão, visto que ambas são invenções de nosso tempo, dependentes e necessárias uma para a outra e que se articulam em uma mesma matriz epistemológica, política e cultural. Dessa maneira, o espaço ocupado pela inclusão na contemporaneidade é equivalente ao espaço inventado para a exclusão. (LOPES, 2007. P. 17-8). Assim, pode-se explicar a grande frequência do

termo “exclusão” ligado à inclusão nas teses e dissertações analisadas, sendo, em grande parte das vezes, os termos compreendidos como evidentemente relacionados, escritos como “inclusão/exclusão”, como imbricados.

A Psicologia, como uma ciência que visa a produzir saberes sobre uma suposta interioridade humana – denominada ‘o psicológico’ – irá compor, juntamente com outros campos discursivos (identificados, na presente pesquisa, como ‘áreas de conhecimento’), uma variedade de perspectivas sobre a inclusão, no intento de torna-la operante. É significativo o entrelaçamento entre as áreas da Educação e da Psicologia, visto que, mesmo em uma análise da área de Psicologia, a inclusão aparece vinculada à educação. Adjetivada, a inclusão aparece 22 vezes ligada à educação, como inclusão escolar ou educacional (e variações). Já adjetivando, foram registradas 17 ocorrências das expressões educação, escola ou ensino inclusivo. A frequência da menção ao sistema educacional quando o assunto é inclusão, mesmo em uma área distinta, aliada ao fato de que a área da Educação, como citado anteriormente, representa, sozinha, 43,4% do total de resultados encontrados nessa pesquisa (porcentagem que representa ainda mais quando menciona-se que foram encontrados resultados em 49 subáreas diferentes), demonstra o quanto a Educação se estabelece enquanto espaço privilegiado e essencial de inclusão. Para ilustrar a força da relação entre educação e inclusão, expõe-se uma citação extraída de um dos resumos analisados durante a pesquisa: “Fica claro que é na escola que devemos centrar todas as nossas forças em busca de transformação a favor das pessoas com deficiência (...)” (DUQUE, 2008). Poder-se-ia dizer que a Educação se constitui como o espaço primeiro da inclusão, sendo que a Psicologia, muitas vezes, é convocada a facilitar ou possibilitar que a mesma ocorra no espaço escolar.

Embora a análise aqui realizada seja ainda parcial, os resultados apresentados apontam para algumas direções interessantes, tais como os modos pelos quais a Psicologia produz a inclusão, bem como as tecnologias, métodos, alvos e critérios propostos para tanto. Dito de outro modo, a Psicologia pode ser compreendida, como propõem Miller e Rose (2012), como uma forma de expertise, a qual tem a legitimidade de gerenciar a vida das pessoas. Portanto, um dos caminhos abertos por este trabalho é investigar como os discursos sobre a inclusão constituem uma estratégia de governo da população, seguindo as indicações do filósofo Michel Foucault.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

DUQUE, Luciana Alves Fernandes. *O agente de inclusão escolar no apoio aos alunos com deficiência intelectual: um estudo em escolas municipais de São Paulo*. 2008. 162 p.

Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A vontade de saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

GRANATA, Bruno Corralo; HILLESHEIM, Betina; CAPPELLARI, Amanda; COUTO, Caroline da Rosa. A proliferação do discurso da inclusão: produção de sentidos nas diferentes áreas de conhecimento. In.: *7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e 4º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação: Políticas do ressentimento, do medo e da raiva: reverberações na educação*. Canoas, 2017. Disponível em: <http://www.sbece.com.br/resources/anais/7/1495515333_ARQUIVO_texto_completo_v.final.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2006.

LOPES, Maura C. Inclusão escolar: currículo, diferença e identidade. In: LOPES, M. C.; Dal'Igna, M. C. *In/exclusão nas tramas da escola*. Canoas: Editora Ulbra, 2007. p. 11-33.

LOPES, M.C. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 2, p. 153-169, mai/ago 2009.

MILLER, Peter; ROSE, Nicholas. *Governando o presente*. São Paulo: Paulus, 2012.

VEIGA-NETO, Alfredo da. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. *Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.